

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ SEÇÃO DE CONVÊNIOS DA SGC - CONV

Av. Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509 - Bairro São Raimundo - Prédio Administrativo 2º Andar - CEP 64075-065

Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Termo de Cessão de Uso Nº 17/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DE ESPAÇO DESTINADO À REALIZAÇÃO DA EXPOSIÇÃO "NORDESTE EXPANDIDO: ESTRATÉGIAS DE [RE]EXISTIR", QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E O CENTRO CULTURAL BANCO DO NORDESTE

PROCESSO SEI Nº 25.0.000069570-2

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, com sede na Av. Padre Humberto Pietrogrande, n° 3509, bairro São Raimundo, CEP 64.075-065, Teresina/PI, inscrito no CNPJ/MF sob n° 06.981.344/0001-05, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA, doravante denominado CEDENTE, e o CENTRO CULTURAL BANCO DO NORDESTE, com sede na Av. Dr. Silas Munguba, n° 5.700, bairro Passaré, Fortaleza/CE, CEP 60.743-902, inscrito no CNPJ/MF sob n° 07.237.373/0001-20, neste ato representado por sua Gerente Executiva, JULIANA COELHO SAMPAIO, doravante denominado CESSIONÁRIO, resolvem celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DE ESPAÇO, em observância, no que couber, às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, do Decreto n° 11.531, de 16 de maio de 2023, e da Portaria SEGES/MGI n° 1.605, de 14 de março de 2024, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo a cessão de uso gratuito de espaço no **térreo do Prédio Histórico do Tribunal de Justiça**, situado na Rua Edgar Nogueira, s/n, bairro Cabral, Teresina/PI, de propriedade do **CEDENTE**, com a finalidade exclusiva de realização do evento denominado "**Nordeste Expandido: Estratégias de [Re]Existir**", que incluirá exposição de obras de arte e três dias de shows musicais com artistas locais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ÁREAS CEDIDAS, ETAPAS E PERÍODO

- 2.1 Os espaços a serem cedidos compreendem:
- 2.2.1 Área de 468,10 m², destinada à exposição de obras adquiridas no âmbito do Projeto "Novas Aquisições para o Acervo Artístico do Banco do Nordeste";
- 2.2.2 Área de 63,23 m², destinada ao espaço educativo.
- 2.2 O espaço será cedido no período de 18 de julho a 12 de setembro de 2025, conforme o cronograma abaixo:

DATA	EVENTO
25 de julho de 2025	Abertura da exposição
25 e 26 de julho de 2025	Shows musicais

Julho e Agosto de 2025	dois cursos/oficinas
	continuidade da exposição e realização de oficina(s) formativa(s)
8 a 12 de setembro	desmontagem da exposição

2.3 O espaço será cedido exclusivamente para as atividades descritas neste Termo, nos períodos e condições estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES FINANCEIRAS

3.1 A cessão do espaço é gratuita, não havendo qualquer cobrança ou obrigação financeira do **CESSIONÁRIO** para com o **CEDENTE**, a título de uso do espaço.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ACESSOS E CIRCULAÇÃO

4.1 O acesso ao espaço cedido será realizado conforme orientação do **CEDENTE**, observando-se as normas internas de trânsito, circulação e segurança no interior do Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA QUINTA – DA SEGURANÇA

- 5.1 O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí dispõe de segurança armada ininterrupta, podendo atender, mediante solicitação prévia, ao apoio de segurança no local do evento durante o período de uso.
- 5.2 Cabe, ainda, ao **CESSIONÁRIO** providenciar segurança adicional, se julgar necessário, para as áreas internas e durante as etapas de montagem, realização e desmontagem da exposição, em articulação com a **Superintendência de Segurança (SUSEG/TJPI)**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1 Obrigações do CEDENTE:

- 6.1.1 Ceder o espaço em condições adequadas para o uso previsto;
- 6.1.2 Responder por vícios ou defeitos preexistentes;
- 6.1.3 Comunicar ao CESSIONÁRIO qualquer reforma a ser realizada durante o período da cessão;
- 6.1.4 Notificar o **CESSIONÁRIO** com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em caso de necessidade de retomada do espaço;
- 6.1.5 Providenciar a publicação deste instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2 Obrigações do CESSIONÁRIO:

- 6.2.1 Zelar pelo uso adequado e conservação do espaço;
- 6.2.2 Utilizar o espaço exclusivamente para a finalidade prevista neste Termo;
- 6.2.3 Apresentar previamente a **Relação e descrição detalhada dos bens** que serão instalados no espaço de exposição, a qual deverá ser conferida e assinada por representantes do **Banco do Nordeste**, da **SUSEG** e por membro da **Comissão do Centro Cultural do TJPI**;
- 6.2.4 Informar previamente a **Relação dos profissionais** que atuarão nas fases de montagem e durante o período da exposição, especificando suas respectivas atribuições;
- 6.2.5 Apresentar à Administração Superior a **agenda detalhada**, com horários e espaços pretendidos, conforme discutido na visita técnica realizada em 29/05/2025;
- 6.2.6 Apresentar um **plano de logística completo**, contemplando todas as etapas da exposição (montagem, realização e desmontagem);

- 6.2.7 Manter contato prévio com a **equipe de manutenção predial** do TJPI, que dispõe de técnicos de elétrica, hidráulica, climatização, pintura, entre outros. Ressalta-se que o horário de trabalho da equipe de manutenção predial é de **8h às 17h**;
- 6.2.8 Restituir o espaço nas mesmas condições em que foi recebido;
- 6.2.9 Comunicar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, eventual desistência da utilização do espaço;
- 6.2.9 Permitir ao CEDENTE, a qualquer tempo, realizar inspeções no espaço objeto deste instrumento;
- 6.2.10 Respeitar integralmente o funcionamento das atividades institucionais e jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, comprometendo-se a adotar todas as providências necessárias para que a realização da exposição e dos demais eventos previstos neste Termo não interfira, não obstrua nem cause qualquer prejuízo aos trabalhos judiciais e administrativos realizados no Prédio Histórico, durante todo o período da cessão de uso.
- 6.2.11 Cumprir integralmente as normas de segurança, higiene e saúde pública estabelecidas pelas autoridades competentes;
- 6.2.10 Promover todas as ações necessárias à manutenção da ordem e da integridade física do público e do patrimônio do Tribunal de Justiça;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

7.1 O **CESSIONÁRIO** será responsável por quaisquer danos causados às instalações, mobiliário e infraestrutura, incluindo acessos e áreas comuns, por si ou por terceiros envolvidos no evento

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E EXTINÇÃO

8.1 Este Termo vigorará a partir de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico, até a conclusão do evento e a devolução do espaço.

8.2 O Termo poderá ser extinto:

- 8.2.1 Por mútuo acordo entre as partes;
- 8.2.2 Unilateralmente, em caso de descumprimento de qualquer cláusula;
- 8.2.3 Por razões de interesse público, a qualquer tempo, mediante notificação.
- 8.3 Rescindido o Termo, o CEDENTE reintegrar-se-á, de pleno direito, na posse do espaço.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização do cumprimento deste Termo caberá à **Superintendência de Segurança** (SUSEG/TJPI), podendo ser delegada, em caso de ausência ou impedimento, a outro servidor designado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

10.1 Este Termo de Cessão é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133/2021 e na Portaria SEGES/MGI nº 1.605/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

- 11.1 Em razão do presente Termo, as partes poderão compartilhar entre si dados dos representantes legais e contatos de funcionários uma da outra, obrigando-se a cumprir as determinações a seguir:
- 11.1.1 Cumprir integralmente todas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Lei nº 13.709/2018 (doravante denominada "LGPD"), assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais previstas na referida legislação, comprometendo-se, ainda, a acompanhar eventuais alterações ou regulamentações complementares sobre o tema.

- 11.1.2 Adotar as melhores práticas de mercado em segurança da informação, bem como implementar regras internas de governança e medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste acordo, exigindo que todos os seus colaboradores também observem as mesmas regras de governança, em conformidade com as disposições da LGPD.
- 11.1.3 Responder, cada parte, por eventuais prejuízos causados à outra parte ou aos titulares dos dados, bem como por multas administrativas decorrentes do descumprimento da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de **Teresina/PI** para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Termo, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem de acordo, as partes assinam eletronicamente o presente Termo, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para que produza seus efeitos legais.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA COELHO SAMPAIO**, **Usuário Externo**, em 20/10/2025, às 10:47, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aderson Antonio Brito Nogueira**, **Presidente**, em 20/10/2025, às 18:46, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php informando o código verificador 7252257 e o código CRC FC26AA91.

25.0.000069570-2 7252257v3